

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Sabrina Iara Bandeira dos Santos

**Os Desafios para a Educação Étnico-Racial: experimentos em uma escola pública de Ensino
Médio da Região Metropolitana de Porto Alegre.**

Porto Alegre
2023

Sabrina Iara Bandeira dos Santos

Os Desafios para a Educação Étnico-Racial: experimentos em uma escola pública de Ensino Médio da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Almeida de Magalhães

Porto Alegre
2023

Sabrina Iara Bandeira dos Santos

Os Desafios para a Educação Étnico-Racial: experimentos em uma escola pública de Ensino Médio da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de “.....” e aprovado em sua forma final pelo Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, obtendo conceito ___.

Porto Alegre, 15 de setembro de 2023.

Prof. Dr. Daniel Gustavo Mocelin

Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Alexandre Almeida de Magalhães
Orientador
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Everton Garcia da Costa
Orientador
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof.^a Dra. Luciana Garcia de Mello
Orientadora
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Este trabalho é dedicado às minhas avós, materna, Irene Fernandes (in memoria) e paterna, Vitalina dos Santos (in memoria). Elas que, apesar do pouco ou nenhum estudo, sempre serviram de inspiração de luta, garra e sabedoria. Grandes incentivadoras do ingresso e continuidade ao ensino, elas fizeram muita diferença nesta jornada não só para mim, mas para minhas irmãs e meus primos...

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus pais Ari Osvaldo dos Santos e Regina dos Santos, por sempre incentivar às minhas irmãs, Jaqueline e Carolina dos Santos e a mim a seguir nessa jornada acadêmica. Sei o quanto de orgulho e sentimento de dever cumprido eles tem em ver suas filhas formadas. Agradeço às tias que sempre, cada uma à sua maneira, contribuíram para que eu chegasse até aqui. A madrinha, Gladys Bandeira, pela força, pelos conselhos e pela companhia. Agradeço aos tios e primos pela torcida - Márcio Bandeira e Patrícia Bandeira, obrigada por alimentarem meu sonho de ingressar numa universidade federal - e todos que convivem comigo e de alguma forma contribuíram para a construção desse trabalho, valeu! Agradeço ao meu noivo, Thiago Augusto Thomas, também professor e conhecedor dos percalços da educação pública, pelo apoio e pelas conversas tão agregadoras. Pelas noites de discussões sobre política, educação e da inimaginável grandeza do universo. Foi de muita importância. E por último e de grande importância para que esse trabalho se ajustasse, se organizasse e saísse do papel para a sua apresentação, meu orientador, Alexandre Magalhães. Obrigada pela paciência e insistência para que eu fechasse essa etapa acadêmica.

“Movimentos de pessoas negras há anos debatem o racismo como estrutura fundamental das relações sociais, criando desigualdades e abismos. O racismo é, portanto, um sistema de opressão que nega direitos, e não um simples ato da vontade de um indivíduo. Reconhecer o caráter estrutural do racismo pode ser paralisante. Afinal, como enfrentar um monstro tão grande? No entanto, não devemos nos intimidar. A prática antirracista é urgente e se dá nas atitudes mais cotidianas.”

Djamila Ribeiro. Pequeno Manual Antirracista.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão em licenciatura em Ciências Sociais traz a construção de de oito aulas para o 2º ano do ensino médio, de uma escola da região metropolitana de Porto Alegre, partindo da temática étnico-racial, obrigatória desde 2003, através da Lei 10.639/2003 e norteadas pelos temas transversais contemporâneos. O texto traz um breve compilado sobre a história das legislações para os povos negros, de forma cronológica, citando desde a Constituição Federal de 1988 até a Declaração de Durban e sobre as políticas de implementação, orientação e ação para uma educação étnico-racial. Há, também, um quadro dispondo os conteúdos presentes no livro didático da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, distribuídos pelo governo em 2020 e a escolhido por mim para ser trabalhado com as turmas, juntamente com o livro sugerido neste mesmo exemplar, Pequeno Manual Antirracista; as experimentações em sala de aula e as transformações dos alunos durante as construções; o papel da escola como espaço antirracista; e uma reflexão sobre a escola onde foram feitas as experimentações.

Palavras-chave: Educação básica. Educação étnico-racial. Lei 10.639/2003.

RESUMEN

El presente trabajo de conclusión de licenciatura en Ciencias Sociales implica la construcción de ocho aulas para el 2º año de secundaria, en una escuela de la región metropolitana de Porto Alegre, con base en la temática étnico-racial, obligatoria desde 2003, a través de la Ley 10.639/ 2003 y guiado por temas transversales contemporáneos. El texto ofrece una breve recopilación de la historia de la legislación para los negros, cronológicamente, citando todo, desde la Constitución Federal de 1988 hasta la Declaración de Durban y las políticas de implementación, orientación y acción para la educación étnico-racial. También se muestra una tabla que muestra los contenidos presentes en el libro de texto en el área de Ciencias Humanas y Sociales Aplicadas, distribuido por el gobierno en 2020 y elegido por mí para ser trabajado con las clases, junto con el libro sugerido en esta misma copia, Pequeño Manual Antirracista; experimentos en el aula y transformaciones de los estudiantes durante la construcción; el papel de la escuela como espacio antirracista; y una reflexión sobre la escuela donde se realizaron los experimentos.

Palabras clave: Educación básica. Educación étnico-racial. Ley 10.639/2003.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1	15
Leis de Combate ao Racismo	15
Material Didático	18
CAPÍTULO 2	21
Experimentações em sala de aula	21
Transformações	28
CAPÍTULO 3	30
A escola como espaço antirracista	30
Experiência na escola	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	34

INTRODUÇÃO

A estrutura social brasileira, excludente, constitui-se e se atualiza a cada conjuntura por meio de diferentes mecanismos de dominação que se articula a partir das dimensões de classes sociais, raciais, de gênero, entre outras. No caso do segundo é possível considerar o que se passou chamar de “racismo estrutural” (Almeida, 2019). É importante destacar que estas práticas classistas e racistas estão enraizadas e institucionalizadas, o que torna difícil sua desconstrução. Afinal de contas, o sistema racista atual é resultado do longo período de escravização no Brasil e, nas décadas seguintes, da forma quase sempre violenta com que o Estado lida com a população negra.

Pois bem, se desejamos modificar este quadro, se queremos abordar essa discussão de forma mais efetiva na sociedade brasileira, e mais, se há uma lei que torna obrigatória a inserção dos conteúdos de temática étnico-racial, nada mais coerente do que começarmos pelo espaço escolar.

O espaço de ensino é o lugar de construção de uma sociedade mais igualitária e justa. Conforme Silva (2005, pg. 21), é preciso “entender, respeitar e integrar, aceitando as contribuições das diversas culturas, oriundas das várias matrizes culturais presentes na sociedade brasileira”. No momento em que identificamos as desigualdades existentes é preciso oportunizar – em sala de aula - uma reflexão sobre seus mecanismos e dispositivos de produção e reprodução.

Como professora iniciante, ex-aluna de escola pública e negra, percebo as mudanças sobre a abordagem do assunto nas instituições de ensino. Nos anos 1980 não era tão comum as intervenções docentes sobre as práticas racistas no cotidiano de sala de aula. A filósofa Djamila Ribeiro cita em seu livro, *Pequeno Manual Antirracista*, as suas experiências no cotidiano escolar, experiências essas que podem ser estendidas a outros estudantes do ensino básico dos anos 80 e 90,

O início da vida escolar foi para mim o divisor de águas: por volta dos seis anos entendi que ser negra era um problema para a sociedade. Até então, no convívio familiar, com meus pais e irmãos, eu não era questionada dessa forma, me sentia amada e não via nenhum problema comigo: tudo era “normal”. “Neguinha do cabelo duro”, “neguinha feia” foram alguns dos xingamentos que comecei a escutar. Ser a diferente—o que quer dizer não branca—passou a ser apontado como um defeito. (RIBEIRO, pg. 23)

Azoilda Loretto da Trindade (1994), através de sua dissertação de mestrado, de nome *O racismo no cotidiano escolar*, expõe uma contribuição parecida acerca do cotidiano das pessoas não brancas, em sala de aula,

Branco é então um *axioma* da nossa realidade, não designa exclusivamente o indivíduo cuja cor da pele é branca (clara); a sua concretude é de *outra natureza*. Trata-se do "ser" ao mesmo tempo

branco + de cultura européia, ou americana + assumidamente capitalista + ideologicamente fascista + devoto do estilo de vida "primeiro mundista" etc. (TRINDADE, pg. 49)

A promulgação da Lei 10.639, em 2003, resultado de longas lutas dos Movimentos Negros, pode ser vista, diante dessas informações, como uma vitória para alunos e alunas negros no sentido da ampliação de sua representação sociocultural, da desmitificação da história das populações afro-brasileiras, de reconhecimento da participação ativa de seus antepassados e do resgate da origem dessas populações. Porém, ainda durante a realização dos estágios obrigatórios do curso de licenciatura em Ciências Sociais tinha curiosidade de saber se os educadores estavam sendo preparados para trabalhar essa temática, se havia material didático sendo disponibilizado pelos governos e, se sim, de que forma os conteúdos relacionados à dimensão étnico-racial apareciam nesses materiais e, principalmente, se havia interesse por parte da comunidade escolar em aplicá-los em aula.

Ao iniciar minha experiência descobri, durante o período da pandemia, que há ofertas de cursos para formação continuada sobre o tema, em diferentes instituições públicas, tais como¹: “Desconstruindo o Racismo na Prática”, oferecido pela plataforma Lumina² educação para todos, da UFRGS, com carga horária de 20h, com a seguinte orientação: “O curso tem o objetivo de promover uma educação antirracista e colocar o negro em uma nova posição de olhar social”; o “Curso de aperfeiçoamento em Educação para as Relações Étnico-Raciais na Educação Básica³”, oferecido em 2021, e produzido pelo programa de extensão “Línguas e Educação Antirracista”, do Colégio de Aplicação da UFRGS, que tinha como objetivo:

capacitar profissionais da área da educação a fim de contribuírem para a implementação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008, bem como das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Colaborando, dessa forma, para a promoção da educação para as relações étnico-raciais (ERER) na Educação Básica e ampliando as relações entre universidade, escola e sociedade em busca da consolidação de um projeto político pedagógico antirracista.(UFRGS, 2021)

Além desses, destaco a “Jornada Pedagógica 2022⁴”, promovida pela Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul, tendo como público alvo professores, supervisores e orientadores pedagógicos, cujo objetivo era o combate aos preconceitos e desigualdades:

Acredito que a educação é um dos pilares para a equidade racial no Brasil. Há um grande reparo a ser feito com a população negra que, a partir destes aprendizados iniciais nas escolas, irá gerar transformações futuras para a sociedade. (Raquel Teixeira, SEDUCRS).

¹ Todos os cursos aqui citados foram oferecidos de forma remota, como no caso da plataforma Lumina.

² UFRGS. Lumina educação para todos. Disponível em: <https://lumina.ufrgs.br/course/view.php?id=234>. Acesso: 20 ago 2023.

³ UFRGS. Colégio de Aplicação. Disponível: <https://www.ufrgs.br/lea/curso-erer/>. Acesso em: 20 ago 2023.

⁴ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em:

<https://educacao.rs.gov.br/educacao-antirracista-e-curriculo-do-ensino-medio-gaicho-marcam-o-segundo-encontro-da-jornada-pedagogica-2022>. Acesso: 25 ago 2023.

O curso foi ministrado no início do ano de 2022, com carga horária de 20h, tendo como objetivo “inserir a pauta nas escolas e agregar uma série de ações para promover a equidade racial e valorizar a história e a cultura afro-gaúcha na matriz curricular dos estudantes”, além de qualificar profissionais da educação para que pudessem ser mediadores entre esses conhecimentos e alunos. Ainda que a oferta seja feita pelo menos uma vez por semestre, pela SEDUC, alguns professores que conheci, tanto na escola onde estagiei (Almira Feijó) como na escola onde leciono atualmente, não tinham interesse no conteúdo, conforme relatarei no parágrafo seguinte.

Quanto aos materiais didáticos, a partir de 2020, estes já vinham com conteúdos relacionados à temática étnico-racial, apresentando sugestões de filmes e livros a serem trabalhados com os alunos. Em uma das primeiras formações oferecidas pelo estado do Rio Grande do Sul, da qual participei, foi possível “ler” (tendo em vista que a palestra foi transmitida através do *meet* e os colegas escreviam no *chat* sua insatisfação com o tema) claramente a falta de interesse dos colegas docentes. As mensagens eram referentes à abundância de conteúdos já estabelecidos para cada disciplina e que, a partir de então, teriam que lidar com um novo volume de discussões em sala de aula, o que, para alguns desses professores e professoras, nada se referia aos conteúdos que deveriam ministrar. De acordo com Gomez (2005), há uma distorção no entendimento dos profissionais da educação a respeito do tema racismo:

Ainda encontramos muitos(as) educadores(as) que pensam que discutir sobre relações raciais não é tarefa da educação. É um dever dos militantes políticos, dos sociólogos e antropólogos. Tal argumento demonstra uma total incompreensão sobre a formação histórica e cultural da sociedade brasileira. E, ainda mais, essa afirmação traz de maneira implícita a idéia de que não é da competência da escola discutir sobre temáticas que fazem parte do nosso complexo processo de formação humana. (GOMEZ, pg.146)

Almeida (2019) apresenta, em seu livro *Racismo Estrutural*, três concepções do racismo, das quais duas delas parecem estar presentes no cotidiano de alguns desses educadores:

→ a **individualista** “a concepção individualista pode não admitir a existência de “racismo”, mas somente de “preconceito”, a fim de ressaltar a natureza psicológica do fenômeno em detrimento de sua natureza política.” (ALMEIDA, pg.36), que seria algo subjetivo, internalizado nas pessoas, desconsiderando a questão do pensamento coletivo ou ação coletiva - sobre as ações racistas.

→ a **institucional** “o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça” (ALMEIDA, pg.36) , que é a que parte do Estado (escola = espaço institucional).

A soma dessas duas concepções podem se complementar, no sentido de que, parte-se de uma sociedade racista, aprende-se que determinada situação sempre foi e é assim, como

acostumar-se a ver pessoas não brancas ocupando alguns espaços e outros não e a negligência do Estado, mantendo as mesmas pessoas nos mesmos espaços.

A partir disso, sendo na época a única professora negra na escola onde leciono atualmente há, além de mim há mais uma professora negra - e sem experiência na condução de uma sala de aula, resolvi iniciar as discussões com os “Temas Transversais Contemporâneos⁵”, indicados na Base Nacional Comum Curricular - – BNCC⁶ - *Educação para valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais Brasileiras*, a fim de saber dos alunos o que eles sabem e pensam sobre esse conteúdo.

Quando iniciei como professora contratada no Estado do R.S., ministrava dois períodos com cada turma, sendo um de Sociologia e outro de Filosofia, por semana - os períodos de ciências humanas são reduzidos, geralmente um período por semana, o que acarreta em acréscimos de disciplinas ministradas por professores que não tem formação no curso. Para fechamento de carga horária é necessário que um professor de sociologia ou de filosofia ministre as duas disciplinas e, no meu caso e de outros professores, mais a disciplina de Ensino Religioso. Trabalhei os conteúdos de forma interdisciplinar para ganhar mais tempo e realizar a construção do projeto de apresentação dos conceitos antirracistas no menor espaço de tempo possível. Inicialmente, de forma paralela aos outros conteúdos - por exemplo, como aqueles relacionados às desigualdades sociais e raciais no mundo do trabalho - e na metade do ano letivo, foquei as discussões no livro *Pequeno Manual Antirracista*, da filósofa Djamila Ribeiro, indicado como leitura no livro didático disposto pelo governo em 2020, na página 111, *Brasil da diversidade: sociedade e direitos*⁷.

A partir disso, propus um projeto que consistia na divisão das turmas em grupos, cada qual responsável por se apropriar de um capítulo do livro de Ribeiro e, posteriormente, apresentar aos colegas de turma. Mais tarde, esse exercício resultou na exposição para a Multifeira da Escola - Mostra de Cultura e Arte⁸, na qual as escolas do Estado do R.S. disponibilizam espaços físicos para

5 BRASIL. Ministério da educação. Temas Transversais Contemporâneos. Disponível em:

http://www.basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf

Outras resoluções do CNE estabeleceram diretrizes específicas para os alguns temas contemporâneos que afetam a vida humana, dentre elas: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana - Resolução CNE/CP N° 1/2004 (MEC, pg.10)

⁶ BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 04 jan 2023.

⁷ Livro didático produzido pela Editora FTD, incorporando um conjunto de temas importantes para a compreensão dos tempos atuais e atendendo a todas as competências e habilidades da BNCC para o Ensino Médio na área de Ciências Humanas Disponível em:

<https://pnld.ftd.com.br/ensino-medio/ciencias-humanas-e-sociais-aplicadas/prisma-ciencias-humanas/>. Acesso: 22 ago 2023.

⁸ BRASIL. SEDUC. Calendário Escolar 2023. Disponível em: <https://educacao.rs.gov.br/calendario-escolar-de-2023>. Acesso em 20 ago 2023.

a exposição dos trabalhos construídos pelos alunos. Nesta data são recebidos, além dos próprios alunos, a comunidade e funcionários das Coordenadorias Regionais.

O primeiro contato com o livro não foi confortável nem para alunos negros, nem para alunos brancos. Conceitos como negritude, privilégio, branquitude e cotas são permeados de desconfiança, ideias de culpa e vitimização. Além da leitura, foi necessária muita conversa, debates e visualização de vídeos de estudiosos da área, como da historiadora Lilia Moritz Schwarcz e da própria autora do livro utilizado como referência para o trabalho com os alunos, Djamila Ribeiro. O principal desafio foi esclarecer a questão de que as lógicas racistas que permeiam a sociedade brasileira não dizem respeito (somente) ao âmbito do indivíduo, como se cada aluno branco em sala de aula devesse sentir culpa pela necessidade de se trabalhar esse tema, mas refletirmos juntos sobre como a estrutura manteve e mantém as desigualdades raciais, conforme cita Silvio de Almeida (2019) “a ação dos indivíduos, ainda que conscientes, se dá em uma moldura de sociabilidade dotada de constituição historicamente inconsciente” (ALMEIDA, pg. 41). Apesar de, ao longo de décadas termos observado a criação de leis que reforçam a importância de se erradicar as desigualdades raciais no Brasil - todas como resultado da luta dos movimentos negros ao longo da história - o racismo parece ser algo difícil de ser superado. O professor Kabengele Munanga traz na apresentação de seu livro *Superando o Racismo na Escola*, a reflexão sobre esta dificuldade, mas também sobre a crença de uma educação que possa contribuir para uma luta constante,

Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas existentes nas cabeças das pessoas, atitudes essas provenientes dos sistemas culturais de todas as sociedades humanas. No entanto, cremos que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados. (MUNANGA, pg. 17)

Diante desse quadro, para fundamentar empiricamente a discussão aqui realizada, realizei um levantamento das legislações voltadas para educação étnico-racial, principalmente: a 10.639, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira, da implementação para diretrizes para a educação étnico-racial; e o Estatuto da Igualdade Racial, conforme veremos no capítulo 1. Esse levantamento é importante na medida em que nos ajuda compreender a configuração legal e política na qual a discussão se insere. Também mobilizei um conjunto de materiais didáticos, recebidos da escola onde atuo e, a partir de uma análise prévia defini o exemplar “*Brasil da diversidade: sociedade e direitos*” como livro a ser utilizado em sala de aula e a partir do qual as discussões seriam feitas, tornando possível observar como os temas eram absorvidas pelos estudantes. . Por fim, esse trabalho se constituiu a partir de diferentes situações vivenciadas por mim no espaço escolar, mas principalmente, em sala de aula, onde pude entender como a temática do racismo aparecia e era compreendida por esses estudantes.

Dito isso, o objetivo principal desta pesquisa é compreender os usos e efeitos do material didático, tendo em vista o que determina a lei que obriga a sua utilização em sala de aula como ferramenta que pode auxiliar no ponto de partida dos conteúdos. Considero e entendo que essa é uma discussão fundamental para ampliar a democratização do ensino, mas principalmente de valorização da cultura afro-brasileira.

CAPÍTULO 1

Leis de Combate ao Racismo

A história de garantia legal de direitos dos povos historicamente discriminados no Brasil teve início com a Carta Magna nacional, em 1988, a *Constituição Federal*⁹, na qual todas e todos são tratados, juridicamente, de forma igualitária. Nela aparecem assegurados os “direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos”. Ainda nesta carta, nos princípios fundamentais, aparece no Artigo 4º, inciso VIII a declaração de repúdio ao terrorismo e ao racismo.

Já a *Declaração de Durban*¹⁰, documento adotado após uma reunião da Conferência Mundial (2001), ocorrida na África do Sul, inicia reconhecendo que, apesar dos comprometimentos em esforçar-se no combate ao racismo e à xenofobia - tratado anteriormente na *Comissão dos Direitos Humanos* (1997)¹¹ - capítulo IX - esse objetivo não foi alcançado no Brasil.

Com a implementação das Leis de nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003¹² e de nº 11.645 de 10 março de 2008¹³, surgiram o *Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira*¹⁴; as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola*¹⁵ e o *Estatuto da Igualdade Racial*¹⁶. Esta última, com intenção de reafirmar de forma mais detalhada aquilo que a Constituição parece não deixar claro - diante da insistência de ocorrências de racismo, injúrias racias e preconceitos em geral - “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e qualquer outras formas de discriminação”. E segue, em suas disposições preliminares, dizendo:

Art. 1º Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.
Parágrafo único. Para efeito deste Estatuto, considera-se:

9 Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 22 de abril de 2022.

10 ÁFRICA DO SUL. Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. Disponível em: https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/declaracao_durban.pdf. Acesso em 22 abr de 2022.

11 C.I.D.H. Relatório sobre a situação dos Direitos Humanos no Brasil. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/countryrep/brazil-port/indice.htm>. Acesso em: 22 abr de 2022.

12 BRASIL. Lei 10.639/2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em 22 de abril 2022.

13 BRASIL Lei 11.645/2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm. Acesso em 22 abril 2022.

14 BRASIL. MEC. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10206-15-plano-nacional-de-implementacao-das-diretrizes-curriculares-nacionais-para-educacao-dasrelac/file>. Acesso: 22 abr 2022.

15 BRASIL. MEC/SECADI. Disponível em: http://eticoracial.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes_curric_educ_quilombola.pdf. Acesso: 22 abr 2022.

16 BRASIL. Estatuto da Igualdade Racial. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm. Acesso em 21 de setembro de 2022.

I – discriminação racial ou étnico-racial: toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada;

II – desigualdade racial: toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica;

A ideia de colocar em prática o combate às exclusões raciais aparece com as adesões de políticas públicas de combate, de forma que se diminua a desigualdade racial no Brasil:

cumprimento de suas atribuições institucionais;

VI – ações afirmativas: os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades.

E cita, também, a responsabilidade que a sociedade, além do Estado, tem como colaboradora neste combate:

Art. 2º É dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão brasileiro, independentemente da etnia ou da cor da pele, o direito à participação na comunidade, especialmente nas atividades políticas, econômicas, empresariais, educacionais, culturais e esportivas, defendendo sua dignidade e seus valores religiosos e culturais.

Neste momento entra o papel das instituições de ensino, como parte da sociedade e com grande influência na construção dos cidadãos, juntamente com a instituição familiar. Se os espaços escolares são alguns dos locais onde mais são manifestados os diversos preconceitos, sendo o racismo um dos principais, são por eles que devemos iniciar as desconstruções acerca dos “mitos” e estigmas que envolvem a cultura e práticas das populações negras. Mitos que vão desde a ideia de que os negros são incapazes intelectualmente, até o modo como professam suas religiosidades. Mitos que permanecem vivos inclusive no imaginário de alguns profissionais da educação. Segundo Munanga (2005), muitos dos instrumentos que utilizamos como apoio para auxiliar nossas aulas são “conteúdos viciados, depreciativos e preconceituosos em relação aos povos e culturas não oriundos do mundo ocidental” (MUNANGA, 2005) e esses preconceitos também transpassam o dia a dia dos alunos e professores. A dificuldade de alguns profissionais da educação em lidar com esses momentos é considerada pelo autor, inclusive, como a perda de oportunidade de trabalhar o complexo tema do racismo,

(...) alguns professores, por falta de preparo ou por preconceitos neles introjetados, não sabem lançar mão das situações flagrantes de discriminação no espaço escolar e na sala como momento pedagógico privilegiado para discutir a diversidade e conscientizar seus alunos sobre a

importância e a riqueza que ela traz à nossa cultura e à nossa identidade nacional. (MUNANGA, pg.15)

Algumas deputadas gaúchas cobraram, em audiência¹⁷, a implementação das leis 10.639 e 11.645 nas escolas públicas e privadas, como Fernanda Melchionna e Vivi Reis¹⁸. Elas apontam que há grande dificuldade em seu cumprimento e classificam como “trágico” que passados 18 anos da implementação das leis ainda seja necessária essa reivindicação. Também, em audiência pública, houve uma cobrança do Movimento Negro sobre a implantação da lei que obriga o ensino da história afro-brasileira nos espaços escolares. Para Maura Cristina da Silva, do Fórum Nacional de Mulheres Negras do Brasil, também existe uma grande dificuldade em implementar a lei nas escolas e avalia: “Existe uma grande resistência dos profissionais da área de trabalhar a lei, e isso passa pela intolerância religiosa”¹⁹. Ressaltou ainda a importância de livros didáticos que incluam essa temática em seus conteúdos, de modo que, além de estudarem, os alunos negros possam se “ver” nos livros. Em seu texto *A Desconstrução da Discriminação no Livro Didático*, Ana Célia da Silva (2005) aborda a importância de os alunos não brancos sentirem-se representados positivamente e não mais da forma discriminatória, cheia de estereótipos,

(...) os sujeitos dessas culturas são representados, em grande parte, nos meios de comunicação e materiais pedagógicos, sob forma estereotipada e caricatural, despossuídos de humanidade e cidadania.

No livro didático a humanidade e a cidadania, na maioria das vezes, são representadas pelo homem branco e de classe média. A mulher, o negro, os povos indígenas, entre outros, são descritos pela cor da pele ou pelo gênero, para registrar sua existência. (SILVA, pg. 21)

Conforme veremos em seguida, os materiais didáticos já trazem conteúdos sobre a temática étnico-racial, abordando a história e a cultura das populações negras e indígenas no Brasil e no mundo. E, levando em consideração que um dos papéis das escolas é o da formação do cidadão, o Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade criou, em 2006, as *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais*²⁰, nas quais são referidas orientações para o Ensino da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, para Educação de Jovens e Adultos, para as Licenciaturas, para a

17 audiência pública da Comissão de Legislação Participativa da Câmara afirmaram nesta sexta-feira (9) que as leis que tratam do ensino da história afro-brasileira e indígena nas escolas não estão sendo cumpridas.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

18 BRASIL. Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/783914-participantes-de-audiencia-cobram-que-escolas-ensinem-sobre-historia-indigena-e-afro-brasileira/>. Acesso em 22 de abril de 2022.

19 BRASIL. Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/548307-movimento-negro-cobra-implantacao-de-lei-que-obriga-ensino-da-historia-afro-brasileira-nas-escolas/>. Acesso em 22 de abril de 2022.

20 Brasília: SECAD. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_eticoraciais.pdf. Acesso: 22 abr 2022.

Educação Quilombola e finalizando com sugestões de atividades a serem trabalhadas para cada uma dessas etapas; e nas quais retoma a trajetória das populações africanas que foram trazidas para o Brasil, da importância de se resgatar suas origens, evidenciar suas lutas e suas contribuições para o país e criar estratégias para que essa temática, além de trabalhada em sala de aula seja entendida primeiramente pelos educadores.

Sistematicamente, a sociedade brasileira tende a fazer, ainda hoje, vistas grossas aos muitos casos que tomam o espaço da mídia nacional, mostrando o quanto ainda é preciso lutar para que todos e todas recebam uma educação igualitária, que possibilite desenvolvimento intelectual e emocional, independentemente do pertencimento étnico-racial do(a) aluno(a). Com isso, os profissionais da educação permanecem na não-percepção do entrave promovido por eles/as, ao não compreenderem em quais momentos suas atitudes diárias acabam por cometer práticas favorecedoras de apenas parte de seus grupos de alunos e alunas. (MEC/SEC. p.23)

Se o espaço escolar é este espaço, também, de formação de cidadãos, então vê-se nele, ainda na educação infantil, o início para a desconstrução de uma educação que dá margem à atitudes e práticas racistas, como trazido no documento.

Diversos estudos comprovam que, no ambiente escolar, tanto em escolas públicas quanto em particulares, a temática racial tende a aparecer como um elemento para a inferiorização daquele(a) aluno(a) identificado(a) como negro(a). Codinomes pejorativos, algumas vezes escamoteados de carinhosos ou jocosos, que identificam alunos(as) negros(as), sinalizam que, também na vida escolar, as crianças negras estão ainda sob o jugo de práticas racistas e discriminatórias. (MEC, pg.22).

Material Didático

Dando continuidade à discussão, refletirei agora sobre o livro didático que foi e é usado por mim em sala de aula e que aborda as relações étnico-raciais.

A coleção *Prisma: Ciências Humanas* disponibiliza quatro volumes dedicados aos conteúdos de ciências humanas e sociais aplicadas. O livro inicia, em sua apresentação, dialogando com o leitor sobre o excesso de informações encontradas na internet e nas mídias em geral, confortando o leitor sobre a dificuldade em distinguir o que é realmente relevante para o cotidiano ser algo em comum a todos. Apresenta, então, as ciências sociais como tendo papel fundamental para a construção do pensamento crítico capaz de filtrar essas informações. Seria “uma ferramenta importante para nos ajudar a refletir sobre o mundo em que vivemos” (RAMA, 2020). Dos quatro volumes, utilizei e ainda utilizo o exemplar *Brasil da diversidade: sociedades e direitos*.

O exemplar é dividido em quatro unidades e destas unidades, a primeira disponibiliza, no capítulo 1 os temas: Classificação étnico-racial do IBGE e A ressignificação do conceito de raça .

Já a terceira unidade dispõe toda a sua parte para os conteúdos, conforme exposto no esquema abaixo. A unidade 1 inicia com uma referência a Darcy Ribeiro, importante contribuição para a temática abordada na unidade.

Somos 210 milhões de pessoas. Somos pretos, brancos, pardos, indígenas. Como diz o antropólogo Darcy Ribeiro, na introdução de seu livro **O povo brasileiro** (1995), “surgimos da confluência, do entrecruze e do caldeamento do invasor português com índios silvícolas e camponeses e com negros africanos, uns e outros aliciados como escravos”. Dessa mistura, ampliada com a chegada de outros povos, como árabes, japoneses e europeus, formou-se o que o antropólogo chama de etnia nacional, de povo-nação. Um povo que, como veremos nesta unidade, convive com muitas desigualdades e tem muito ainda a conquistar em termos de direitos e de garantias sociais. (RAMA, p. 10)

Abaixo segue uma pequena esquematização da obra para que se possa observar como aparecem as discussões relacionadas à dimensão das relações étnico-raciais:

Título	Editora	Ano
Prisma: Ciências Humanas. <i>Brasil da diversidade: sociedades e direitos</i>	Editora FTD. SP	2020

	<u>Capítulo 1</u>	<u>Capítulo 5</u>	<u>Capítulo 6</u>
Conteúdos	<ul style="list-style-type: none"> → Classificação étnico-racial → A resignificação do conceito de raça 	<ul style="list-style-type: none"> → Racismo e desigualdade racial no Brasil → Negros no Brasil → Perfil das desigualdades → O Brasil é um país racista? → O mito da democracia racial → Racismo Estrutural → A ideia de branquitude → Combate ao racismo 	<ul style="list-style-type: none"> → Movimento negro e ações afirmativas → Lutas e resistências históricas → Movimento negro no pós-abolição → Imprensa negra e a ciência → Movimento negro contemporâneo → A construção de ações e políticas afirmativas → Ações afirmativas na educação → Etnomatemática

O exemplar da *Coleção Prisma*, assim como outros livros examinados por mim, contém uma quantidade de textos consideráveis para quem se propõe a trabalhar educação étnico-racial em

sala de aula. Considero estes materiais didáticos importantes norteadores principalmente quando não se sabe por onde iniciar a discussão de um conteúdo, dispondo-se como ferramenta fundamental para a abordagem. Diante da temática de história e cultura afro-brasileira e africana que ainda está em implementação, ainda que tenha se passado vinte anos, o livro didático se faz um eficiente condutor e estimulador de um debate tão importante.

CAPÍTULO 2

Experimentações em sala de aula

Feita a apresentação da legislação pertinente à discussão aqui em consideração, bem como do material didático, minha intenção nesse momento é explorar um pouco mais os experimentos que realizei com o livro e seus impactos nas interações em sala de aula. Foram planejadas e realizadas oito aulas, dispostas nas disciplinas de Ensino Religioso, Filosofia e Sociologia (em formato interdisciplinar), para as turmas de 2º ano do Ensino Médio, no segundo semestre de 2022. Todos os textos foram adicionados à sala de aula virtual - *classroom* - para que os alunos pudessem fazer a leitura integral, além dos resumos oferecidos em aula. Juntamente com os textos do livro didático, foram disponibilizados textos do livro *Pequeno Manual Antirracista*, de Djamila Ribeiro.

No decorrer das aulas as turmas trabalharam os textos do livro didático e, divididos em grupos, também os textos específicos do livro de Ribeiro. Ao final das oito aulas, os grupos apresentaram seus respectivos capítulos aos colegas, escolhidos através de sorteio. Abaixo, resumo os temas abordados e as reações que resultaram dos debates. O objetivo de sumarizar as interações constituídas a partir destes textos foi identificar tensões e eventuais mudanças, inclusive de ordem subjetiva, que podem suscitar, o que me ofereceu elementos para refletir acerca de iniciativas antirracistas a partir da combinação entre o material didático disponibilizado e obras complementares não previstas originalmente para serem trabalhadas em sala de aula.

<h3>Aula 1: Fenótipos - texto científico</h3>

- o que é fenótipo;
- características fenotípicas e suas funções;

Iniciamos a primeira aula com a retomada de um texto científico que havia sido trabalhado no ano anterior, 1º ano, para inserção de conteúdos sobre etnias. O texto *O clima é capaz de afetar a aparência humana*²¹ possibilitou aos alunos entender um pouco sobre fenótipos e o porquê das diferenças étnicas - cor e formato de cabelos, cor dos olhos e diferentes tons de pele, entre outros.

²¹ METEORED. Disponível em:

<https://www.tempo.com/noticias/ciencia/o-clima-e-capaz-de-afetar-a-aparencia-humana.html#:~:text=Estudos%20da%20biometeorologia%20apontam%20que,human o%20sob%20diferentes%20condi%C3%A7%C3%B5es%20clim%C3%A1ticas..> Acesso em 22 ago 2023.

Através da análise do texto os alunos começaram a se “ver” e questionar quais suas origens, baseando-se na questão fenotípica de cada um. Para os alunos de pele, cabelos e olhos claros, foi mais nítida essa informação, porém, para alunos com pele clara, cabelos encaracolados e traços distintos - como indígenas e negros - houve bastante confusão, reflexão e questionamento sobre suas auto declarações.

A importância deste texto foi, também, a de verificar de que forma a natureza agiu sobre os seres humanos, de forma que pudessem sobreviver aos ambientes com climas mais extremos, desconstruindo as ideias religiosas de que há *raças* superiores e inferiores. Como análise crítica, nesta parte utilizamos uma reportagem de 2013 sobre o pastor Marco Feliciano, então deputado *federal*, que afirmava que “africanos descendem de ancestral amaldiçoado por Noé. Isso é fato²²”, A partir das informações extraídas do referido texto, os próprios alunos levantaram o contraponto e contestaram a fala de Feliciano. Os alunos afirmaram que ele, como uma pessoa pública, ao ter feito tal afirmação, colaborava para a desinformação e reforço de ideias racistas.

Aula 2: Informe-se sobre o racismo

- funcionamento do sistema racista;
- apontamentos de Kabengele Munanga;
- relevância da obra de Gilberto Freyre;
- que lutas antirracistas tem ocorrido.

Na aula seguinte trabalhamos o texto do livro didático *O Brasil é um país racista?*²³ e teve como atividade a reflexão acerca deste questionamento e o texto *Informe-se sobre o racismo*, de Ribeiro.

Os dois textos dialogam sobre a população brasileira reconhecer a existência do racismo, no Brasil, e ao mesmo tempo negar ser parte desta sociedade racista. Nós, como leitores tanto dos texto de Ribeiro e do apresentado no livro didático, entendemos o que é trazido - a “pesquisa do Datafolha realizada em 1995 - que mostrou que 89% dos brasileiros admitiam existir preconceito de cor no Brasil, mas 90% se identificavam como não racistas” (RIBEIRO, pg.11) - como uma informação ainda atual. Pensamos em casos de racismo relatados na mídia e quais eram as

22 GLOBO. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2013/04/ao-stf-feliciano-diz-que-historia-e-biblia-mostram-maldicao-africanos.html>. Acesso: 16 ago 2023.

23 Prisma : ciências humanas : Brasil da diversidade : sociedade e direitos : ensino médio / Maria Angela Gomez Rama ... [et al.]. – 1. ed. – São Paulo : FTD, 2020.

Disponível em:

<https://s3.amazonaws.com/pnld.ftd.com.br/wp-content/uploads/2021/08/06160254/0215P21204135-PRISMA-CIENCIAS-HUMANAS-VOL3-MANUAL-001-288-PNLD-2021.pdf>.

justificativas mais comuns entre os agressores. Lembramos do caso de uma torcedora do time de futebol gaúcho, Grêmio, que proferiu falas racistas contra o, na época, goleiro do Santos, Mário Lúcio Duarte Costa, mais conhecido como Aranha²⁴, no qual não só a agressora, mas outros torcedores justificaram a ação como ‘calor do momento’, ‘xingamentos de futebol’, entre outros.

Aula 3: Perceba o racismo internalizado em você.

→ reconhecimento da existência do racismo x negação do “ser racista”. -

→ A abordagem da Lei n. 10.639/2003 como possibilidade de informação sobre questões étnico-raciais, na educação básica.

Na terceira aula retomamos a Lei 10.639 e foi proposta uma reflexão dos anos anteriores, no ensino básico, sobre a abordagem dos temas por ela sugeridos. Foi proposto, também, uma relação entre os números trazidos nos textos - de pessoas brasileiras que se dizem não racistas - e a quantidade de casos de racismo registrada no Brasil. Como textos bases foram utilizados *Os negros e sua luta contra o racismo*, do livro didático e *Perceba o racismo internalizado em você*, de Ribeiro.

O capítulo do livro didático inicia chamando a atenção do leitor sobre o país ter maioria da população negra e ainda assim ser um país racista,

(...) desde os primeiros tempos da colonização até o final do século XIX, quando teve início a imigração europeia, a população brasileira foi majoritariamente negra, formada pelos escravizados trazidos da África e seus descendentes. Assim, os negros deixaram raízes profundas na história e na cultura do nosso povo. E mesmo com uma presença tão marcante e significativa, até hoje, os negros sofrem com racismo, situação que não pode mais se perpetuar. (RAMA, pg.78.)

A partir disso, sugerimos uma pesquisa sobre as contribuições dos povos africanos para a culinária, linguagem e cultura para a formação social brasileira . Foi pensado também sobre a participação da população negra e de origem africana para a construção de domínios como a literatura, a música, teatro - como veremos melhor na aula 06. Sobre a linguagem os alunos encontraram as palavras “cafuné”, “dengo”, “moleque”, “cachaça”, “caçula”, “quitanda” e algumas outras palavras, ficando surpresos com a descoberta. A pesquisa sobre as contribuições musicais trouxe a informação acerca de como surgiram o samba, o maracatu, o choro, o axé, entre outros estilos. Refletimos sobre como estas palavras e esses ritmos estão presentes em nossa sociedade,

²⁴ ESPN. Disponível em: http://www.espn.com.br/noticia/436034_aranha-e-chamado-de-macaco-por-torcida-do-gremio. Acesso: 25 ago 2023.

mas não há referências concretas para as populações negras, exceto o caso do estilo musical samba, ao qual a maioria da turma remeteu a cultura negra, originalmente.

Aula 4: Reconheça os privilégios da branquitude.

- lugar de fala e papel social (lugar social).
- desnaturalização e questionamentos a respeito de pessoas em posições diversas.

Nesta aula foi necessário mais cuidado, uma vez que se tratava de um ponto dentro da temática do racismo que ainda é estranhado por muitas pessoas, a branquitude. Foi necessário inserir, inicialmente, os conteúdos de bioética, da disciplina de filosofia - conteúdo que já estava sendo trabalhado - e lembrá-los de que existem diferentes padrões de beleza, que são construções sociais. A partir disso, falamos sobre privilégios, reflexões sobre quem ocupa, geralmente, determinados espaços em ambientes de trabalho e etc. Na quarta aula foram utilizados os textos *A ideia de branquitude*, livro didático e *Reconheça os privilégios da branquitude*, de Ribeiro.

Pedi para que a turma refletisse sobre quem aparece em propagandas específicas, como marcas de perfumes, lojas mais famosas, ou que papéis homens e mulheres negras ocupam em filmes ou novelas. E pessoas não negras, que papéis costumam representar? Alguns alunos mencionaram as mudanças recentes para os personagens de pessoas negras, percebendo que a iniciativa dos meios de comunicação e audiovisual podem colaborar para a desconstrução estereotipada pela qual a população negra era retratada na televisão. Mas também levantamos a questão do “negro único”, que vimos de forma mais detalhada na aula 7.

Aula 5: Apoie políticas educacionais afirmativas.

- relação do racismo estrutural e desigualdade racial;
- capacidade diferente de oportunidade (meritocracia);
- resultado de pesquisas;
- cultura do mérito e desvalorização da educação pública;
- política pública de combate a desigualdade racial e promoção da diversidade.

A quinta aula também teve uma temática polêmica. Muitas pessoas acreditam que as cotas são “esmolas” e que todos têm as mesmas condições de acessar o ensino superior. Porém, muitas

delas, inclusive esses alunos, não tem uma referência familiar em instituições de ensino superior. E pior, muitos alunos não entendem como funciona o sistema público, ainda acreditam que para estudar em uma instituição pública é preciso pagar. Sendo assim, foi necessário falar sobre a diferença de capacidade e oportunidade, fazer relações sobre a infraestrutura oferecida para eles, alunos do ensino público e as condições oferecidas para alunos do ensino privado e a importância do acesso dos alunos e alunas de baixa renda e de alunos pretos e pardos no ensino superior. Foram trabalhados os textos *O movimento negro e as ações afirmativas*, livro didático, e *Apoie políticas educacionais afirmativas*, Ribeiro.

Considerar o racismo estrutural como principal provocador para a desigualdade estrutural foi fundamental para que os alunos entendessem a questão da ‘dívida histórica’, expressão utilizada pelos movimentos negros. A princípio a turma entendia que as pessoas brancas teriam dívidas com a população negra, num sentido individual. Foi preciso uma retomada histórica sobre acesso à educação, propriedade e empregos remunerados para que eles entendessem que se trata de uma dívida do Estado Brasileiro e não algo restrito meramente ao âmbito do indivíduo, ainda que as pessoas brancas, muitas vezes indiretamente, se beneficiem da estrutura racista sobre a qual se constituiu o país.

Aula 6: Questione a cultura que você consome.

- apropriação cultural e esvaziamento de simbologias;
- papéis estereotipados destinados a atores negros na mídia;
- humor racista;
- orgulho europeu x história dos povos escravizados (novelas);
- reflexão sobre papéis de pessoas negras na mídia visual (tv, cinema, série, etc).

Nesta aula trouxemos os exemplos dos papéis estereotipados das pessoas negras nas telenovelas e nos cinemas. Recordamos também, hoje com uma considerável diminuição, os personagens caricatos do humor. Recordamos quadros do programa *Os Trapalhões*, *A praça é nossa* e *Zorra Total*, dois deles já extintos da televisão. As figuras eram sempre deturpadas, depreciadas, reduzidas a vadiagem, bêbados, periféricos, entre outros. Nas novelas e filmes os papéis eram de bandidos ou mulheres ‘fáceis’, ultrasexualizadas. Em contrapartida a esses temas trazidos pela mídia, temos novelas que demonstram o orgulho dos povos vindos da Europa. A televisão brasileira apresentou algumas novelas dedicadas à história e à garra das origens italianas, como por

exemplo, as telenovelas²⁵ *Terra Nostra*, *Rei do Gado* e *Esperança*, transmitidas em horário nobre e trazendo as origens, as lutas e as glórias dos povos vindos do país europeu. Num país multicultural como o Brasil é de extrema importância que se trabalhe, inclusive na arte, as origens dos povos que vieram para cá. Porém, deveria ser evidenciada sobre todos os povos. Foram trabalhados os textos *O teatro como instrumento de luta*, livro didático e *Questione a cultura que você consome*, de Ribeiro.

Aula 7: Transforme seu ambiente de trabalho.

- estratégia do “negro único” para validar a argumentação do não racismo.
- relação entre herança escravista e mundo do trabalho;
- espaços de trabalho como local antirracista;
- reflexão sobre a proporção de pessoas negras nos espaços de trabalho.

As falas relatadas na sétima aula foram muito semelhantes às da quarta aula, porém, foi pensada na prática, em atitudes. Neste período, os alunos já refletiam, por si, sobre as políticas públicas de cotas como um meio para a redução dessas desigualdades em espaços de trabalho. E levar adiante as informações corretas sobre essas políticas também era uma maneira de desmistificar esses conceitos de “roubo de vagas”, “mau profissional”... Foram utilizados os textos *Desigualdades étnico-raciais*, livro didático e *Transforme seu ambiente de trabalho*, de Ribeiro.

Iniciamos a aula a partir do texto de Ribeiro, fazendo a leitura da abordagem sobre o “negro único” num espaço de trabalho ou como representante de todas as outras pessoas negras,

HISTORICAMENTE, A BRANQUITUDE desenvolveu métodos de manutenção do que seria politicamente correto em relação à pauta racial e à reserva de espaço para o “negro único”, o que é certamente uma de suas estratégias mais clássicas. Argumenta-se da seguinte forma: “Veja só, não somos racistas, temos o Fulano, que é negro, trabalhando em tal departamento e, inclusive, ele adora trabalhar aqui, não é mesmo, Fulano?”. E o Fulano, talvez para manter seu emprego, talvez por que aprendeu a reproduzir o discurso da empresa, concorda. (RIBEIRO, pg.51)

Seguimos pensando em modelos como o famoso jogador de futebol Edson Arantes do Nascimento, o Rei do futebol Pelé, que era usado como exemplo de superação e no qual as pessoas negras deveriam se espelhar e acreditar que, como ele, qualquer pessoa negra pode vencer na vida, financeiramente falando.

25 GLOBO. GSHOW. Disponível em:

<https://gshow.globo.com/novelas/noticia/no-dia-nacional-do-imigrante-italiano-relembra-novelas-que-abordaram-a-cultura-do-pais.ghtml>. Acesso: 24 ago 2023.

Aula 8: Combata a violência racial.

- mapa da violência no Brasil (porcentagem de negros assassinados);
- apresentação de casos citados no capítulo e, também, de casos noticiados nas mídias em geral;
- Estado e violência (meios ou órgãos representando Estado).

A última aula foi encerrada com, infelizmente, uma pauta de conhecimento de todos eles: a violência racial. Após a leitura do capítulo referente à aula 8, conversamos sobre os números trazidos no texto de Djamila sobre quem sofre mais com a violência no Brasil.

Os negros representam 55,8% da população brasileira e são 71,5% das pessoas assassinadas. Entre 2006 e 2016, a taxa de homicídios de indivíduos não negros (brancos, amarelos e indígenas) diminuiu 6,8%, enquanto no mesmo período a taxa de homicídios da população negra aumentou 23,1%. (RIBEIRO, pg.94).

Os alunos apontaram exemplos de violência, como os casos de João Alberto Silveira Freitas²⁶, de 40 anos, homem negro morto por seguranças do local, em um hipermercado de Porto Alegre; e do norte-americano George Floyd²⁷, de 40 anos, morto por policiais em Minnesota, nos Estados Unidos - apesar do segundo caso não ter ocorrido no Brasil, os alunos identificaram semelhança no tratamento com pessoas de pele negra. Abordei o caso do músico Evaldo Rosa dos Santos²⁸, de 46 anos, que foi morto ao ter o carro fuzilado por 80 tiros de fuzil, por militares do exército, no Rio de Janeiro, em abril de 2019. Além desses casos que ganharam mais evidência, a maioria dos alunos tinha algum relato da família ou próprio para compartilhar. Uma das observações feita por alguns alunos foi sobre a maioria das pessoas a sofrerem com a violência serem homens, e dentre esses, a maioria serem homens negros. Foram utilizados os textos *O perfil das desigualdades*, livro didático e *Combata a violência racial*, de Ribeiro.

²⁶ G1. GLOBO. Disponível em:

<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/11/20/homem-negro-e-espancado-ate-a-morte-em-supermercado-do-grupo-carrefour-em-porto-alegre.ghtml>. Acesso: 22 abr 2022.

²⁷ G1. GLOBO. Disponível em:

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/05/27/caso-george-floyd-morte-de-homem-negro-filmado-com-policial-branco-com-joelhos-em-seu-pescoco-causa-indignacao-nos-eua.ghtml>. Acesso: 22 abr 2022.

²⁸ FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/04/militares-do-exercito-matam-musico-em-abordagem-na-zona-oeste-do-rio.shtml>. Acesso: 22 abr 2022.

Transformações

Ao término das apresentações resgatamos algumas pautas que causaram mais desconforto, familiaridade ou revolta. Alguns alunos já haviam se apropriado das discussões acerca das relações étnico-raciais e, em particular, do racismo, fazendo com que, aos poucos, eles próprios oferecessem algumas contribuições pontuais como, por exemplo, temas como lugar de fala, cotas sociais e raciais, movimento negro e etc. Porém, a maioria desconhecia a história do movimento negro e o porquê dessas pautas apresentadas no livro de Ribeiro. Percebi, através das falas, que muitos estudantes aprenderam a se olhar, olhar seus familiares, perceber os problemas estruturais que permeiam o ambiente no qual vivem, no espaço no qual estudam e, a partir disso, compreendendo a importância de terem direito ao ensino superior, por exemplo, e que se não há igualdade em seus pontos de partida - ensino básico - que essa oportunidade seja em busca da equidade em qualquer outro momento de suas trajetórias educacionais. É importante destacar que o tema das cotas é sempre um dos mais polêmicos e isso exige que sejam realizadas mais conversas, bem como sustentá-las por meio de exemplos e ilustrações. Tal modo de abordar, como observado a partir dessa rápida experiência aqui relatada, permite vislumbrar outros caminhos possíveis acerca de um tema tão importante quanto controverso.

O acesso tardio à educação pela população negra no Brasil também foi um dos aspectos que emergiu dos debates. Os alunos relataram sobre o (não) acesso de seus avós ao ensino. Em um determinado momento, uma roda de conversa de histórias em comum se formou e os estudantes apontavam justamente que o que os aproximava, em termos das trajetórias familiares, era a falta de acesso à educação, os poucos alunos com familiares - pais, irmãos, tios, membros do ensino superior e trabalhadores com rendas mais baixas.

Avalio esses pensamentos críticos como um começo para que os alunos entendam, em primeiro lugar, a importância da permanência deles na educação básica, apesar das dificuldades de diferentes ordens, pois longe da escola dificilmente teriam essa mediação dos temas que os professores das áreas fazem, utilizando os próprios conteúdos aos quais eles estão acostumados a assistir, via internet, na maioria das vezes. Em segundo lugar, sobre a importância do debate, das opiniões e bagagens distintas, algo que em família ou entre amigos pode não ocorrer. A sala de aula é um espaço de aprendizagem e de socialização e é através do (re)conhecimento do outro, que podemos construir novas ideias, novas pessoas. “Os alunos teriam de ser vistos de acordo com suas particularidades individuais (...) e a interação com eles teria de acompanhar suas necessidades” (HOOKS, pg. 17). Creio que muitos deles, no que se refere a este assunto, tem uma nova visão e novas argumentações.

Pensando ainda nas contribuições de Bell Hooks, é interessante observar como os alunos participam quando são convidados a fazerem parte da construção dos trabalhos. Antes mesmo de lhes apresentar o conteúdo, expus a necessidade que haveria de cada um deles se comprometer a partilhar tanto dúvidas como conhecimentos. Caso não soubessem, fariam a leitura e a partir disso seguiríamos com as pesquisas. Os alunos demonstraram sentir falta desse tipo de trabalho no qual o aluno é protagonista, situação que faço referência à pedagogia engajada à qual Hooks fala. E vejo, também, como a ideia de uma possível ‘perda’ de controle por parte de alguns professores creditarem aos alunos a arquitetura dos trabalhos,

Nestes vinte anos de experiência de ensino, percebi que os professores (qualquer que seja sua tendência política) dão graves sinais de perturbação quando os alunos querem ser vistos como seres humanos integrais, com vidas e experiências complexas, e não como meros buscadores de pedacinhos compartimentalizados de conhecimento. (HOOKS, pg.27)

Não conhecemos todos os espaços que estes alunos frequentam nem que pessoas contribuem para seus pensamentos, suas formas de enxergar o mundo, , porém, é possível pensar um lugar no qual eles passam boa parte de seu tempo em que novas concepções de vida e sociedade podem ser imaginadas: a escola.

CAPÍTULO 3

A Escola como um espaço antirracista

Como vimos no capítulo das legislações, as leis para políticas de redução das desigualdades raciais no Brasil são muitas e, posterior a elas, foram produzidas orientações, diretrizes e estatutos para aplicação da educação étnico-racial de forma que a escola, um dos principais - se não o principal - espaço de socialização entre crianças e adolescentes possa ser uma das precursoras nesta luta. Entre esses materiais, o Ministério da Educação publicou, em 2005, a segunda edição do livro *Superando o Racismo na Escola*, organizado pelo professor Kabengele Munanga. Neste livro há a contribuição de catorze professores, entre eles Fernando Henrique Cardoso, Ana Célia da Silva, Nilma Lino Gomes e o organizador da edição, Munanga.

Dois dos autores justificam a reedição da obra, publicada originalmente em 1999, pelo fato de a escola ainda não cumprir seu papel para a efetivação no combate ao racismo (HENRIQUES, CARVALHO, 2005).

Os múltiplos discursos e formas de falar sobre o tema procuram todos capitalizar o aspecto prático do “acúmulo de discussão” – principalmente na intelectualidade e na militância negras – referente à tensão entre o papel que a escola realmente tem desempenhado na reprodução do racismo e o papel que deveria desempenhar no combate ao racismo. (HENRIQUES, CARVALHO, pg. 11)

Para isso é preciso que nós, profissionais, gestores, orientadores e comunidade diretiva de educação estejamos preparados, tenhamos formação adequada para repassar os devidos conhecimentos. Na apresentação do livro, Munanga aborda o problema da ignorância em relação ao assunto, inclusive por parte dos educadores,

Alguns dentre nós não receberam na sua educação e formação de cidadãos, de professores e educadores o necessário preparo para lidar com o desafio que a problemática da convivência com a diversidade e as manifestações de discriminação dela resultadas colocam quotidianamente na nossa vida profissional. Essa falta de preparo, que devemos considerar como reflexo do nosso mito de democracia racial, compromete, sem dúvida, o objetivo fundamental da nossa missão no processo de formação dos futuros cidadãos responsáveis de amanhã. (MUNANGA, pg.15).

A partir disso, torna-se compreensível que as escolas que citei - as que tive experiência e as que soube através de colegas tanto do estado, como da educação privada - também tenham essa dificuldade de implementação dos conteúdos de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena. A seguir, irei relatar minhas experiências e percepções sobre a escola na qual atuo há dois anos para, a partir daí, oferecer um entendimento situado de como temas considerados “sensíveis”,

como o racismo, surgem e são tratados pela comunidade escolar, bem com os desafios para que tal discussão ganhe corpo e o cotidiano escolar.

Experiência na Escola

A Escola Estadual de Ensino Médio, à qual chamarei de X, é uma escola modelo no Município de Alvorada. Tem uma sequência de direções que mantém uma ótima relação com a comunidade e bastante controle no que diz respeito à disciplina dos alunos, advertindo aqueles que não se adaptam às regras da escola e colocando como possibilidade (punição?) a transferência para outra instituição, dando vaga a outros alunos. É importante ressaltar que a referida escola possui uma lista de espera considerável.

Quando acontece algo que infringe as regras, imediatamente a direção toma uma atitude, identificando os responsáveis através de câmeras, quando possível, e chamando alunos e seus responsáveis. Diante da aplicação de atas e falas do corpo diretivo, de turma em turma, por motivos de pichações em paredes de banheiros, caixas de som levadas por alunos, atrasos, passeios durante as aulas e outras atitudes típicas de adolescentes e que, obviamente, merecem intervenção, me causou espanto alguns casos de racismo não terem levado a direção, também, a uma fala não só nas salas de aula mas, também, em reuniões com os pais e mães - a direção costuma reunir todos os pais e responsáveis na quadra de esportes e fazer uma fala utilizando o microfone, antecedendo os conselhos de classe -, tendo em vista que racismo é crime e que a escola é (ou deveria ser) um espaço de respeito, construção de cidadania, disciplina e ética.

Sendo os espaços escolares parte da sociedade, não deveria haver espanto por minha parte. Todavia, a instituição escolar tem papel fundamental na redução de casos de racismo, tanto no interior de suas dependências, quanto no sentido de permitir a ampliação de um debate tão importante na sociedade como um todo por meio da formação de pessoas mais críticas a tais práticas. Infelizmente a falta de engajamento não se verifica apenas na escola onde atuo. Conforme informações trazidas pela audiência pública, mencionada no capítulo, há bastante dificuldade em aplicar os conteúdos estabelecidos pela Lei 10.639.

Ainda no início das minhas abordagens em aula, um integrante da direção tentou minimizar o tema por mim proposto, usando o termo, de forma sutil, *mimimi*. Como Bell Hooks bem coloca em seu texto: “qualquer falta de conformidade da nossa parte era visto com suspeita, como um gesto vazio de desafio cujo objetivo era mascarar a inferioridade ou um trabalho abaixo do padrão” (HOOKS, pg. 14). Apesar de ser nova na escola, à época, não era leiga sobre assunto como um

todo, sobre a falta de interesse e empenho das pessoas que, ou não sofrem e não veem a necessidade de mudar as desigualdades sociais e raciais, ou não tem esse olhar crítico, o do papel social que todos temos, independente da cor, do gênero, da nacionalidade e da classe. Logo percebi que não poderia contar com meus colegas. Apesar de concordarem com a importância do assunto, quando abordado pelos corredores, entre um período e outro, pouquíssimos professores se dispunham a trabalhar de forma conjunta a temática étnico-racial. Foi e é um trabalho solitário, porém, muitos alunos tornam-se companheiros na ideia de avançar com a educação étnico-racial, quando finalmente entenderam ou se encontraram no tema sobre a educação antirracista: “Para os negros, o lecionar - o educar - era fundamentalmente político, pois tinha raízes na luta antirracista.” (HOOKS, pg. 10).

A escola tem como lema a frase “*ninguém solta a mão de ninguém*”, mas foi preciso haver o episódio de racismo com o cantor Seu Jorge²⁹, num clube da elite de Porto Alegre, para que alguns colegas e a direção me procurassem para falar sobre a importância do meu trabalho em sala de aula e o quanto era necessária uma mobilização da escola em torno disso.

A fala foi momentânea, sem a discussão de projetos mais permanentes de combate ao racismo. Para entendermos o papel subalterno que o tema do racismo ocupa na escola, era comum, na gestão anterior da escola, práticas religiosas voltadas ao cristianismo, ignorando a laicidade de uma escola pública e a pluralidade existente no ambiente. Nos eventos escolares sempre havia fortes agradecimentos a um Deus cristão e orações, tornando pouco importante uma abordagem para a religiosidade de matriz africana, inclusa na temática de história Africana e Afro-brasileira.

Em datas como o 20 de novembro, por exemplo, o corpo diretivo sugere que se trabalhe outras temáticas paralelamente, como o dia da gentileza, o dia da família, entre outros temas, causando uma desfocalização do tema principal. Nas aulas de ensino religioso são trabalhados valores como empatia, amor, caridade, deixando em aberto a finalidade da aplicação do ensino religioso no ensino público, que é combater a intolerância religiosa.

²⁹ ESTADÃO. Disponível em:

<https://www.estadao.com.br/emails/seu-jorge-fala-sobre-ataques-racistas-em-porto-alegre-nao-reconheci-a-cidade-que-aprendi-a-amar/>. Acesso: 15 mai 2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredito que um dos maiores desafios nos espaços escolares, atualmente, seja o mesmo relacionado à sociedade. Os profissionais que atuam nestes espaços de ensino compõem a sociedade e se nossa sociedade é racista, então parte deste racismo está dentro da escola. Como será possível ensinar aos alunos aquilo que não se sabe? Como será possível conscientizar pessoas daquilo que não se tem consciência? Sabemos que as ofertas de cursos de formação para educação étnico-racial existem e são muitas, em distintas instituições de ensino superior, gratuitas e privadas. Mas será que estes cursos são suficientes para fazer com que os profissionais de educação entendam o porquê de ministrar esses conteúdos e o porquê de trabalhar de forma que possamos rumar para uma mudança de pensamento, para o início de uma desconstrução ou para o início de uma reflexão e questionamentos sobre a temática do racismo?

O início do meu trabalho de conclusão, em 2021, era sobre a oferta desses cursos e como os profissionais estavam se apropriando do tema, porém não segui adiante em função da pandemia. Logo, não tenho as respostas sobre esse que, pra mim, em minha experiência como profissional da educação, em sala de aula e no espaço de ensino, tem sido o maior desafio.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf

BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília, 2006. http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_eticoraciais.pdf

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. -- São Paulo : Sueli Carneiro ; Pólen, 2019.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

SILVA, Ana Célia da. “A Desconstrução da Discriminação no Livro Didático”, GOMEZ, Nilma Lino. “Educação e Relações Raciais: Refletindo sobre Algumas Estratégias de Atuação”. In: MUNANGA, Kabengele. (Org.). **Superando o racismo na escola**. 2ª edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

RAMA, Maria Angela Gomez. Prisma : ciências humanas : **Brasil da diversidade : sociedade e direitos** : ensino médio. – 1. ed. – São Paulo : FTD, 2020.

<https://s3.amazonaws.com/pnld.ftd.com.br/wp-content/uploads/2021/08/06160254/0215P21204135-PRISMA-CIENCIAS-HUMANAS-VOL3-MANUAL-001-288-PNLD-2021.pdf>

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: 1ª Companhia das Letras, 2019.

TRINDADE, Azoilda Loretto. **O Racismo no Cotidiano Escolar**. Rio de Janeiro. FGV. 1994. <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8948/000304120.pdf>